

### ATA NÚMERO 38/XV/1.<sup>a</sup> SL

Aos 15 dias do mês de março de 2023, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala do Senado, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, na sequência dos requerimentos apresentados, respetivamente, pelos Grupos Parlamentares do PSD e do PS, sobre as despesas de cada atleta na preparação olímpica e a existência de uma eventual comunicação da Federação Portuguesa de Judo ao Comité Olímpico de Portugal no sentido de solicitar um reforço de verbas para os atletas, depois de as considerar esgotadas

---

**Audição do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, na sequência dos requerimentos apresentados, respetivamente, pelos Grupos Parlamentares do PSD e do PS, sobre as despesas de cada atleta na preparação olímpica e a existência de uma eventual comunicação da Federação Portuguesa de Judo ao Comité Olímpico de Portugal no sentido de solicitar um reforço de verbas para os atletas, depois de as considerar esgotadas**

Dando início à reunião, o Senhor Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputado Luís Graça, deu as boas-vindas ao Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra aos grupos parlamentares proponentes dos requerimentos apresentados.

A Senhora Deputada Inês Barroso (PSD) salientou que das audições que já tiveram lugar sobre esta matéria, das quais não se conseguiu extrair qualquer conteúdo ou substância, o Grupo Parlamentar do PSD ficou extremamente preocupado com a situação, sendo de facto importante apurar o que se passou e o que se passa de forma a garantir a transparência das instituições desportivas, assegurando que todas elas asseguram o mesmo sucesso a todos os atletas.

Lembrou que em outubro de 2022 o Grupo Parlamentar do PSD apresentou este requerimento na sequência do despedimento da selecionadora Ana Hormigo na véspera da seleção portuguesa viajar

para competir no Grand Slam de Abu Dhabi, uma competição de apuramento para os Jogos Olímpicos 2024, mas a verdade é que neste momento as suas preocupações têm mais a ver com a má gestão da Federação Portuguesa de Judo.

Disse que o ex-Presidente da Federação foi destituído, mas a verdade é que ele continua a ter alguns comportamentos incompreensíveis e ainda no dia de ontem deslocou-se para o Parlamento numa viatura da Federação. Lembrou também que há documentos assinados depois de ser destituído, emails enviados e a atribuição de graduações a quem não tem quaisquer provas competitivas para o efeito (por exemplo, os delegados da sua lista de candidatura estão a receber graduações assegurando desta forma o apoio à sua candidatura). Recordou igualmente que o dinheiro das formações para as associações regionais não foi distribuído nas últimas duas épocas e foram estas que tiveram de arcar com as despesas, que os voos e os hotéis são marcados em cima da hora, o que encarece brutalmente as despesas a ser suportadas, que o ex-Presidente continua a ir às provas de acesso a competições nacionais e internacionais já após ser destituído; que, apesar de dizer que conseguiu aumentar o número de praticantes, já encerraram as associações de Évora, Guarda e da Ilha Terceira; que condiciona o ressarcimento das despesas de seguros desportivos; que desconsidera os atletas, não respeitando as suas necessidades, etc.

Assim perguntou como é que a Secretaria de Estado tem estado a acompanhar toda esta situação, se já houve alguma responsabilização deste senhor, se ele continua ou não à frente da Federação e qual a razão de ser da disparidade existente entre o entendimento feito pelo Governo e a interpretação do tribunal acerca do regime jurídico das federações desportivas. Para o Grupo Parlamentar do PSD é mais do que óbvio que, sendo o Presidente destituído, toda a direção cai com ele.

Quanto às transferências de verbas da federação para as contas pessoais do ex-Presidente e vice-versa, que repercussões terão estes atos para uma futura presidência da Federação e para a modalidade? O que vai fazer o Governo em concreto?

A Senhora Deputada Carla Sousa (PS) salientou que as audições havidas sobre esta matéria foram muito esclarecedoras. Nessas audições o ex-Presidente da Federação Portuguesa de Judo desconsiderou todas as acusações feitas ao longo de todo este processo e todas as denúncias feitas pelas atletas, bem como as ilegalidades denunciadas e a conclusão do juiz de que ele não tinha

idoneidade para se voltar a candidatar, terminando a sua intervenção afirmando que a mesma assembleia geral que o destituiu de presidente acabou por o manter em funções até a um novo processo eleitoral.

Lembrou que o ex-Presidente da Federação Portuguesa de Judo, na audição realizada no dia anterior, deu dados dos atletas muito atualizados, o que é uma prova de que ele ainda tem e mantém uma influência na Federação, o que de facto não devia acontecer porque foi destituído.

Perguntou como é que um Presidente destituído por ilegalidades se pode voltar a candidatar, se temos de esperar por uma decisão do tribunal ou se o IPDJ dispõe de ferramentas que possam impedir esta candidatura.

Quanto à utilização que fez do carro da Federação para se deslocar ao Parlamento, confirmada pelo próprio, questionou o Secretário de Estado se o IPDJ tem alguma forma de agir e se pode abrir um novo processo contra o ex-Presidente.

Por último, lembrou que o Presidente do IPDJ disse que estava a decorrer uma auditoria às contas de 2022 da Federação. Se no fim deste processo forem detetadas falhas graves, o pagamento à modalidade pode ser posto em causa e a Federação pode vir a perder o estatuto de utilidade pública? Se isso acontecer, o que vai acontecer ao financiamento da modalidade?

De seguida, usaram da palavra os Senhores Deputados Jorge Galveias (CH), Patrícia Gilvaz (IL), Alma Rivera (PCP), Inês Barroso (PSD) e Carla Sousa (BE), tendo o Senhor Secretário de Estado dito que pode de facto haver um cenário de abuso de confiança e de usurpação de poderes na Federação Portuguesa de Judo por parte do ex-presidente, com a conivência da atual direção; que há uma falta de bom senso, extensível aos órgãos em funções da Federação Portuguesa de Judo, a quem teceu duras críticas de conivência com o ex-presidente; que é manifestamente evidente que o ex-presidente Jorge Fernandes está, com o seu comportamento e atitudes e com algumas conivências, a implodir o prestígio de uma modalidade que ajudou a afirmar o desporto nacional na cena internacional; que as denúncias efetuadas nas audições ocorridas sobre esta matéria e as declarações que foram prestadas podem configurar uma situação de abuso de confiança e dar lugar a um novo inquérito ao antigo dirigente; que ficou também clara a denúncia acerca da ausência de um departamento técnico no seio da Federação e que o ex-presidente, para além da presidência,

exercia também funções técnicas, o que dará lugar a um novo inquérito, que terá de ser célere e conclusivo; que a entidade que fiscaliza é o IPDJ, mas que o Governo tem de assegurar as condições para que este instituto o possa fazer; que retirar à Federação o estatuto de utilidade pública, o que impedirá o Estado de financiar a modalidade, será sempre um último recurso; que o principal objetivo do Governo foi o de garantir o apoio à modalidade a um ano e três meses dos Jogos de Paris2024 e que desde a primeira hora procurou garantir o financiamento para que não fosse posta em causa a preparação para Jogos Olímpicos e Paralímpicos por parte dos atletas; e que a crise no judo desprestigia a modalidade.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Comissão deu por encerrada a audição.

A audição foi gravada em [vídeo](#), constituindo a respetiva gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Palácio de São Bento, 15 de março de 2023

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**



**(Luís Graça)**

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Pedro Faria (PS)  
Bruno Aragão (PS)  
Carla Sousa (PS)  
Francisco Dinis (PS)  
Luís Graça (PS)  
Mara Lagriminha Coelho (PS)  
Maria João Castro (PS)  
Miguel Matos (PS)  
Pompeu Martins (PS)  
Rosário Gambôa (PS)  
Sara Velez (PS)  
Alexandre Poço (PSD)  
Carla Madureira (PSD)  
Fernanda Velez (PSD)  
Inês Barroso (PSD)  
João Prata (PSD)  
Jorge Galveias (CH)  
Patrícia Gilvaz (IL)  
Catarina Lobo (PS)  
Cristina Sousa (PS)  
Rosa Venâncio (PS)  
Firmino Marques (PSD)  
Maria Emília Apolinário (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Tiago Soares Monteiro (PS)  
Cláudia Bento (PSD)  
Dinis Ramos (PSD)



Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

---

Guilherme Almeida (PSD)

Joana Mortágua (BE)

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Paula Santos (PCP)